

ATA Nº 8

Aos dezenove dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e sete, na cidade de Salvador, Bahia, às nove horas da manhã, reuniram-se pela quarta vez os integrantes da Quarta Reunião do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS constantes da listagem em anexo, que passa a fazer parte integrante da presente ata. A Presidente do FÓRUM deu início aos trabalhos, passando a palavra ao representante da RM de Belo Horizonte. A questão institucional da AMBEL - Assembléia Metropolitana de Belo Horizonte - está necessitando de revisão, porém o modelo precisa ser previamente esgotado. Há ações acontecendo na RM que são de caráter regional (PROSAN, duplicação da rodovia Fernão Dias - ligação SP/MG, criação da Cia de Regionalização do Trem Metropolitano) que são promovidas pelo Estado sem passar pelos mecanismos de gestão metropolitana, ou ignorando-os. Está sendo montada uma agenda com a AMBEL, visando a uma integração entre Secretaria Executiva da Assembléia Metropolitana (SEPLAN) e a própria Assembléia. Em relação aos procedimentos desenvolvidos na RMBH, estão sendo revistos aqueles relativos aos desmembramentos urbanos (regulamentado pela Lei 67/66), que são repassados para os municípios através de convênios, ao licenciamento ambiental e à anuência prévia, que são fornecidas conjuntamente. Estes tópicos estão tendo a sua legislação de regulamentação revista. Quanto às Câmaras Temáticas, há uma proposta de Regimento Interno que altera as suas composições, pois hoje as mesmas não funcionam, na estrutura da AMBEL. Esta proposta inclui, também, as Comissões Temáticas, que são compostas por vereadores. Outra modificação prevista, ainda, é a criação de Audiências Públicas. Há, ainda, uma proposta da elaboração de um Plano Diretor Metropolitano compartilhado entre os Municípios (BH, Contagem e Betim) e o Estado (SEPLAN/MG). Finalmente, ofereceu uma sugestão ao FÓRUM: em todas as reuniões plenárias, cada Região deve trazer um relato de suas ações e situações complexas que estejam passando, que seria distribuído a todos os integrantes antes das reuniões. A seguir, a Presidente propôs uma revisão dos compromissos assumidos na última reunião. Que os mesmos deveriam ser revistos em todos os itens programados, avaliando a possibilidade de vê-los executados. Quanto aos informes, deveriam ser equacionados pela representante da RM de Curitiba, entretanto, nem ocorreu qualquer movimento de parte da representante, nem as demais RM enviaram informações para serem repassadas. A questão da Agenda, também não foi cumprida. O trabalho desenvolvido pela RM de Recife sobre legislação foi iniciado, mas há necessidade de prosseguir através da sistematização do mesmo. A representante da RM de Curitiba colocou que provavelmente houve um problema de falta de comunicação, razão pela qual não foi implementado o informe, mas concorda que o repasse de informações dos diversos órgãos é fundamental. Observou que, talvez, a questão da anuência prévia poderia ser o primeiro ponto a ser abordado. A representante da RM de Recife salientou que gostaria de ver este ponto - anuência prévia - como tema da próxima reunião, após ser previamente sistematizado pela RM de Curitiba. A presidente ponderou que gostaria de discutir a questão o mais breve possível, por ser esta uma discussão operativa, que deve ser posta em prática imediatamente. O representante da RM de BH reforçou seu posicionamento anterior, retomando a proposta de cada entidade fazer o seu relato. A presidente propôs então uma reunião extraordinária para tratar da questão da Anuência. Propôs ainda que haja a preparação de material previamente pela RM de Curitiba. O tema da reunião deverá ser parcelamento do solo. A presidente coloca em votação a proposta de uma reunião temática sobre o parcelamento do solo, com a participação também do IPEA, SEPURB e Ministério do Meio Ambiente (que se propôs a participar). A representante da RM de Curitiba sugere o prazo de 2 (dois) meses para a reunião, sendo que enviaria a todas RMs, um roteiro das informações que ela necessitaria. Colocada a proposta em votação, foi a mesma aprovada, devendo ocorrer uma reunião extraordinária em dois meses. A representante da RM de Recife ofereceu uma proposta paralela: reunião ordinária em Outubro, com o tema proposto, a ser realizada em Recife, tendo sido aceita pelo plenário. A presidente retomou outros pontos em aberto. O representante da RM de BH aborda os problemas das Parcerias com IPEA, SEPURB, Fórum dos prefeitos das dez maiores cidades, Fórum da Reforma Urbana, uma ONG, Ministério do Meio Ambiente, complementado por proposta de Yara, com o escritório do HABITAT, no Rio. A presidente ponderou que as ONGs deverão ser analisadas e incluídas. Assim, os parceiros institucionais já estariam, a princípio, já definidos.

Os trabalhos foram encerrados às 19:30 horas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos do segundo encontro da Quarta Reunião Ordinária do FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES METROPOLITANAS, relatados na presente ata, aqui encerrada, que eu, ISAAC ZILBERMAN, secretário-executivo do FÓRUM assino, juntamente com a presidente do FÓRUM, LAÍS SALENGUE.